

- (3) Curt Stern, *Principles of Human Genetics*, op. cit. págs. 303, 310.
- (4) J. B. S. Haldane, *Nuevos Rumbos en Genetica*, Buenos Aires, 1949, pág. 101.
- (5) H. Kalmus, *Variation and Heredity*, op. cit. pág. 57.
- (6) H. Kalmus, *variation and Heredity*, op. cit. pág. 46.
- (7) Curt Stern, *Principles of Human Genetics*, op. cit. págs, 108, 110.
- (8) J. B. S. Haldane, *Nuevos Rumbos en Genetica*, op. cit. 98.
- (9) H. Kalmus, *Variation and Heredity*, op. cit. pág. 51.
- (10) Curt Stern, *Principles of Human Genetics*, op. cit. págs. 480, 483.
- (11) Clyde Kluckhohn, Henry A. Murray e David M. Schneider, *Personality in Nature, Society and Culture, Nova Iorque*, 1956, pág. 403, reproduzindo artigo de Ira S. Wile e Rose Davis.
- (12) Ira S. Wile e Rose Davis, "The Relation of Birth to Behavior", *American Journal of Orthopsychiatry*, Vol. II, 1941, págs. 320, 34, reproduzido por Clyde Kluckhohn, Henry A. Murray e David M. Schneider em *Personality in Nature, Society and Culture*, op. cit. págs. 403 a 420.
- (13) Ogburn e Nimkoff, *Sociologia*, Madrid, 1952, pág. 262.
- (14) Hudson Jost e Lester Warren Sontag, "The Genetic Factor in Autonomic Nervous-System Function", *Psychosomatic Medicine*, Vol. 6, 1944, págs. 308, 10, reproduzido por Clyde Kluckhohn, Henry A. Murray e David M. Schneider em *Personality in Nature, Society and Culture*, op. cit. págs. 73 a 79.
- (15) Harry Elmer Barnes, *Society in Transition, Nova Yorque*, 1952, pág. 221.
- (16) Clyde Kluckhohn, *Antropologia*, México, 1957, pág. 216.
- (17) David M. Ley, "Psychosomatic Studies of Some Aspects of Maternal Behavior", *Psychosomatic Medicine*, Vol. 4, 1942, págs. 223, 7, reproduzido por Clyde Kluckhohn, Henry A. Murray e David M. Schneider em *Personality in Nature, Society and Culture*, op. cit. pgs. 104 a 110.

ESTUDOS

A PROPÓSITO DO CONCEITO DE UNIVERSIDADE
MEDIEVAL

NEWTON SUCUPIRA

Em artigo publicado no último número desta Revista, o Prof. Carlos Maciel empreende longa e minuciosa análise de conceitos fundamentais da problemática universitária, tais como "departamento", "faculdade", "ciclo básico", "cátedra", etc. Seu objetivo é "aclarar confusões e obscuridades semânticas" acumuladas sobre tais conceitos em consequência da polêmica que hoje se trava em torno da reforma da universidade.

Trata-se, segundo esclarece o autor, de glossário que não pretendendo ser completo, seria uma espécie de "léxico seletivo" onde se procura fixar o significado preciso de cada termo e determinar sua função dentro do contexto universitário. A tarefa, sem dúvida, é de grande importância e da maior utilidade. É também das mais complexas e difíceis.

A universidade atravessa uma das mais graves crises da sua longa história. Discute-se sua significação nas modernas sociedades industriais e acha-se em jogo sua própria idéia. Para muitos ter-se-ia perdido para sempre a intenção originária que presidiu sua gênese. A fim de adaptar-se aos novos tempos e responder às presentes exigências culturais, a universidade se vê obrigada a redefinir seus propósitos, reformular sua estrutura e revisar seus métodos de ação. Daí resulta que velhos conceitos são substituídos ou adquirem significações diferentes e criam-se novas funções. Surgem outras concepções e tentam-se experiências revolucionariamente novas, em matéria de organização e estrutura universitária, como ocorre com algumas das modernas universidades inglesas.

Neste clima de mudança e inovação os termos se tornam

inevitavelmente ambíguos. Por outro lado, o plano emocional e ideológico, em que freqüentemente se desenrola a polêmica sôbre a reforma universitária, contribui ainda mais para aumentar a confusão semântica. É quase impossível chegar-se hoje a um consenso geral sôbre nomenclatura universitária. Tal situação está a exigir levantamento crítico e objetivo dos diferentes sentidos que assumem, hoje, certos têrmos muito em uso no mundo universitário. Infelizmente o Prof. Carlos Maciel, em suas interessantes análises, nem sempre conseguiu a objetividade desejada. Emaranhou-se na polêmica resultando que, muitas vêzes, longe de dissipar os malentendidos, acrescentou novas confusões. Não é nosso intento proceder a uma análise crítica do glossário do Prof. Maciel em todos os seus verbetes. Limitamo-nos a discutir a idéia que êle faz da universidade em sua gênese histórica, isto é, a universidade medieval.

Entende o autor, com justificada razão, que uma análise dos conceitos universitários há de começar pela definição de Universidade desde suas origens. Neste sentido escreve:

“Universidade 1 — sentido mais próximo da gênese histórica. *Universitas* era o próprio *studium generale*, de caráter não profissional. Algo mais próximo da nossa Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (isto é, de tudo)... Tradicionalmente esta universidade é do tipo residencial, e o *colégio*, inicialmente, não correspondia a um curso ou departamento, mas era uma casa de estudantes (uma *casa* mesmo, isto é, um pequeno número). Nessa universidade havia integração. Ela distilava o *espírito universitário* e, seu objetivo, em teoria, e com o passar do tempo cada vez mais só em teoria, era tanto *formar* ou *educar* quanto *ensinar*. A Universidade era venerada como uma *alma mater*, é o modelo medieval e saxão”.

Que esta descrição se aplica à universidade inglesa do século passado tipo “Oxbridge”, ou à universidade idealizada por Newman, o lugar onde se ensina o saber universal, destinada à formação do *gentleman*, nada temos a contestar. Mas não corresponde de modo nenhum à realidade histórica da univer-

sidade medieval. A nosso ver o autor cometeu os seguintes equívocos: 1) identificou os têrmos *universitas* e *studium* tomando *universitas*, que na Idade Média significava corporação, por *universitas facultatum* ou *universitas scientiarum*; 2) confundiu a unidade de espírito e de cultura que definiu a universidade medieval com integração estrutural; 3) persistiu no mito de que na Idade Média a Universidade era o templo do saber puramente desinteressado, sem nenhum preocupação prática ou profissional.

Depois dos estudos já clássicos sôbre a universidade medieval, como os de Denifle, *Die Entstehung der Universitäten des Mittelalters bis 1400*, Berlim, 1885, Rashdall, *The Universities in the Middle Ages*, 1895 Stephen d'Irsay, *Histoire des Universités*, 1933, e o *Chartularium* da Universidade de Paris publicado por Denifle e Chatelain, tais equívocos não se justificam mais. É o que pretendemos demonstrar numa análise suscinta dos tópicos mencionados.

Na terminologia medieval *universitas* e *studium* designavam realidades bem distintas. *Studium* se referia ao conjunto de escolas de determinado lugar. Note-se que *scholae*, na Idade Média sempre usado no plural, significava menos o estabelecimento do que os cursos de um ou vários mestres, pelo menos até o século XIII. Abelardo, por exemplo, no século XII, ao falar de Guilherme de Champeaux, na *Historia Calamitatum*, diz: *Publicas exercuit scholas*.

Universitas designava a corporação. Aliás, o têrmo era utilizado, muitas vêzes, em sentido amplo para referir-se a uma pluralidade ou agregado de pessoas. Acontece que o Papa ou outra autoridade ao se dirigir em carta a uma coletividade usava a expressão *universitas vestra*. Em sentido técnico legal a palavra se referia sempre a uma corporação. Para os fins do séc. XII e comêço do XIII passa a aplicar-se às corporações de mestres ou de alunos. No entanto, por muito tempo ainda o têrmo se aplica a outras corporações, grêmios e municipalidades. É um mero acidente, nos diz Rashdall, que a palavra gradualmente se tenha restringido a uma espécie particular de corporação: a escolar.

O têrmo usado para denotar a instituição acadêmica — em

abstrato as escolas ou a cidade que as mantinha — era *studium* em vez de *universitas*. Quando Jordão de Osnabrück quer exprimir a importância de Paris como maior centro de cultura da Cristandade, no seu *Tractatus de praeerogativa Romani Imperii*, escrito entre 1256 e 1273, já plenamente constituída a Universidade, usa a palavra *studium* em vez de *universitas*: “Os Italianos têm o Papado, os Germânicos o Império; os Francêses têm o *Studium*”.

Já nas escolas catedrais o *studium* florescia antes que se constituísse a *universitas*, isto é, a corporação de mestres, em Paris, ou de alunos, em Bolonha. Salerno, o mais antigo *studium* de Medicina, famoso desde o século XI, na época de seu maior prestígio até o século XIII não existia ainda como universidade. A êste respeito esclarece d'Irsay, que o conjunto de mestres e estudantes em Medicina, a “Universidade” somente estabelece relações com os poderes civis e recebe jurisdição e reconhecimento de sua personalidade jurídica em 1231, quando Salerno já entrava em decadência.

A universidade, como corporação, nasce do movimento geral do século XII em que os grupos profissionais se viram compelidos a organizar-se em comunidades legalmente reconhecidas com o fim de proteção mútua e segurança coletiva. A universidade, em Bolonha, se constitui porque os estudantes de Direito, em sua grande maioria estrangeiros, necessitam defender-se contra as autoridades da comuna. O primeiro reconhecimento oficial do fato que havia em Bolonha uma comunidade de estudantes é a autêntica *Habita* do Imperador Frederico Barbarossa, de 1158. Neste documento se concede jurisdição especial, escolar e eclesiástica *omnibus qui studiorum causa perigrinantur scholaribus*, isto é aos estudantes estrangeiros residindo em Bolonha. Aliás, inicialmente havia duas corporações, a *universitas ultramontanorum* dos estudantes que habitavam fora da Itália, e a *universitas citramontanorum* dos estudantes da península italiana e ilhas adjacentes. Os professores de Direito, que eram quase todos cidadãos de Bolonha e, por isso mesmo, sujeitos à sua jurisdição, não faziam parte da *Universitas*, o mesmo ocorrendo com os estudantes bolonheses. Êstes eram inscritos em *matricula specialis*, obrigando-se, por juramento, a não ofender a Universidade. Originariamente as universida-

des de estudantes não reivindicavam autoridade acadêmica desde que se ocupavam fundamentalmente de seu bem estar e proteção comum. As matérias, cursos, métodos, pessoal docente, tudo isso era assunto dos professores, cidadãos bolonheses, que formavam seus próprios *collegia*. Posteriormente é que as corporações de estudantes vieram a exercer controle sobre os assuntos acadêmicos do *studium*.

Em Paris são os mestres, na sua maioria estrangeiros ou de outras cidades da França, que se organizam em corporação para se defenderem das autoridades locais ou se furtarem ao domínio do Chanceler da Catedral. Em 1200, em face de lutas ocorridas entre estudantes e a polícia de Paris, o rei Filipe Augusto concede à corporação o privilégio de colocá-la sob a jurisdição eclesiástica. Em 1213 é a Santa Sé que tira do Chanceler o direito de recusar a *licentia docendi* ao candidato aprovado pela maioria dos mestres. Cada etapa percorrida na via da organização formal da corporação parisiense, escreve d'Irsay, foi condicionada por acontecimentos externos, cada nova medida provocada por algum incidente; foi-lhe preciso uma série de provas para se dar conta de sua própria situação, para afirmar-se em sua unidade e adquirir personalidade jurídica.

Durante muito tempo as autoridades episcopais, como em Paris, ou os professores e autoridades comunais, em Bolonha, controlavam o *studium* antes que a *Universitas* lograsse submetê-lo à sua jurisdição. De qualquer modo a Igreja sempre exerceu a supervisão das Universidades conferindo-lhes ou regulamentando as atividades acadêmicas, como é particularmente o caso de Paris.

Quando o *studium* atingia grande desenvolvimento e adquiria nomeada internacional denominava-se *studium generale*. Êste termo, contudo, somente se torna comum a partir dos começos do sec. XIII. É um erro supor-se que o qualificativo *generale* significasse o cultivo de todos os ramos do saber no *studium generale*. Segundo Rashdall o *studium generale* parecia implicar as seguintes características: 1) fôsse freqüentado por estudantes de toda parte e não apenas da cidade ou região; 2) deveria compreender, além das *artes liberales*, pelo menos uma das faculdades ditas superiores, teo-

logia, direito, ou medicina; 3) que seus cursos fôsem ministrados por considerável número de mestres. Ao que parece, a primeira das características era fundamental. Rashdall, contrariando a opinião de Denifle, menciona dois casos de *studia generalia* incluindo apenas *artes liberales*: Saragossa e Erfrut. Na verdade, pouquíssimos *studia* medievais possuíam tôdas as faculdades. Paris, mesmo nos dias de seu esplendor, não possuía Faculdade de Direito Civil e a Faculdade de Teologia, em Bolonha, foi estabelecida em 1360.

De tudo isto seguem-se duas conclusões: 1) não havia originariamente conexão necessária entre a instituição designada pelo termo *studium generale* e *universitas* como corporação. Os termos não são equivalentes. Sòmente a partir do século XV, portanto nos fins da Idade Média tende a desaparecer a distinção, e *universitas* tornou-se gradualmente sinônimo de *studium generale*; 2) é um erro de perspectiva histórica pensar que o *Studium generale* compreendia todos os ramos do saber da época. É querer aplicar conotações modernas a um termo que possui significações históricas definidas.

A Universidade gozava de profunda unidade de espírito e de cultura, reflexo da monolítica unidade de espírito da cristandade medieval. Doutra parte se caracterizava por sua elevada consciência comunitária que se manifestava enèrgicamente quando se tratava de defender seus privilégios e suas liberdades. Exemplos típicos dessa vontade de autonomia e *esprit de corps* são a *Magna Cessatio*, de 1229, e a Questão dos Mendicantes em Paris.

Mas, do ponto de vista de estrutura e organização administrativa, a universidade medieval estava longe de possuir a integração que hoje se pretende obter na instituição universitária. Tomemos como exemplo a mais célebre das universidades da Idade Média, a de Paris, que serviu de modelo para tantas outras. Em sua tese de 1850, "De l'organisation de l'enseignement dans l'Université de Paris au Moyen-Âge," Charles Thurot define-a como sendo uma república essencialmente federativa. E esta opinião tem sido confirmada pelos estudos posteriores já mencionados.

Ao contrário do que se admitiu a princípio, a Universida-

de não resultou de um movimento de federação de corporações distintas, anteriormente constituídas. Originariamente a universidade se formou como vasta sociedade, compreendendo os mestres regentes de tôdas as disciplinas. A partir dêste todo, mais ou menos indiferenciado, foram se organizando corporações correspondendo às grandes áreas de conhecimento existentes na época: artes liberais, teologia, direito canônico (Decreto) e medicina. Se bem que artistas e teólogos se distinguissem desde a origem, sòmente no compromisso de 1213, passado sob Jean de la Chandeleur, é que são mencionadas pela primeira vez as quatro faculdades. Êste termo, *facultas*, que primitivamente significava um ramo do saber passou depois a designar o grupo de professôres de uma mesma área ou seja a congregação dos mestres. Significação que ainda hoje permanece nas universidades norte-americanas.

Estas faculdades, portanto, não são um fato primitivo, como bem acentua Derkkim, seguindo Denifle. Não se poderia dizer que a Faculdade das Artes, a mais numerosa e cujo chefe é ao mesmo tempo o Reitor, fôsse o núcleo em tórno do qual se teriam congregado as outras faculdades uma após a outra. Não houve momento em que a Faculdade das Artes teria sido a própria Universidade.

Além desta organização em Faculdades havia a divisão em nações de que se compunha a Faculdade das Artes. De início, pelo menos, esta Faculdade e o corpo constituído pelas quatro nações reunidas formavam dois organismos distintos bem que integrados dos mesmos elementos. Denifle cita um exemplo dessa dualidade bem significativo. A Faculdade das Artes não dispunha de Sêlo enquanto cada Nação possuía o seu. Um dia em que ela foi obrigada a selar um ato exercido separadamente da Universidade, empregou os sêlos das quatro nações, mas com seu consentimento. Cada um dêsses corpos tinha duas funções; a Faculdade se constituíra em vista de administrar a vida propriamente escolar, de organizar o ensino, as nações se ocupavam da vida extra-escolar. As Nações que compunham a Faculdade de Artes eram em número de quatro denominadas segundo as nacionalidades que predominavam no tempo de sua formação (possivelmente entre 1219-1221): francêsa, normanda, picarda e inglêsa.

A Universidade era assim a federação destas sete associações. Cada uma delas constituía uma corporação própria com seu chefe, sêlo comum, congregações, estatutos, etc. O Reitor eleito exclusivamente pelas Nações em que se dividia a Faculdade das Artes e dentre os seus mestres, era considerado como o chefe da Universidade tôda. Mas não tinha senão o poder de convocar e presidir a assembléia da Universidade e dar cumprimento a suas execuções. As Faculdades superiores naturalmente disputavam a precedência e assim a Faculdade de Teologia entendia que o Reitor deveria convocá-la em pessoa, *supplicando et rogando*. Mas de qualquer modo o Reitor adquiriu grande prestígio figurando como alto dignitário ao lado do Arcebispo de París nas cerimônias e solenidades. Du Boulay, historiador da Universidade de París, êle próprio ex-Reitor, recorda com orgulho, as numerosas ocasiões em que um reitor de origem plebéia, tinha precedência sôbre bispos, cardeais, nuncios, embaixadores e até pares de França. Mas sua dignidade, como salienta Rashdall, era mais simbólica e representativa. O poder real estava nas mãos das assembléias.

Nesta Universidade federativa onde cada unidade gozava de verdadeira autonomia corporativa, a integração cultural, a formação intelectual comum estavam asseguradas através da Faculdade das Artes. Não havendo na Idade Média sistema separado de escolas secundárias, a formação intelectual básica se fazia na própria Universidade pela Faculdade das Artes. Esta Faculdade era assim o cadinho cultural por onde passavam todos os estudantes, inclusive os que se destinavam às faculdades superiores: teologia, direito e medicina. No *trivium* e no *quadrivium* se ministravam todos os conhecimentos nas letras e nas ciências, ou seja a filosofia que as englobava, tôdas. E como a lógica e o pensamento científico da época eram aristotélicos resultava daí que todos os estudantes eram modelados pelas mesmas categorias formais e materiais de pensamento.

A Faculdade das Artes se tornava, assim, a escola base da Universidade, ministrando o que chamaríamos o ciclo básico rigorosamente comum para todos os estudos ulteriores. Reminiscência desta Faculdade das Artes é, ainda hoje, o *College of Arts an Sciences* da universidade norte-americana.

A Universidade Medieval tem sido falsamente julgada tanto pelos humanistas clássicos e racionalistas modernos, como por um certo mito romântico que se formou em tôrno da Idade Média.

Na opinião dos primeiros, o *studium* medieval seria inteiramente irrelevante para o desenvolvimento da cultura e do pensamento científico. Seus mestres se teriam perdido num saber puramente formalista, em abstrações estéreis e distinções sutis sem nenhuma objetividade ou sentido prático. Outros vêem na Universidade Medieval espécie de claustro intelectual, onde mestres e alunos na mais integrada vida comunitária, numa existência de clérigos longe do mundo se devotavam ao culto do saber especulativo.

A Universidade Medieval, em sua realidade histórica, não era nenhuma destas coisas. Sem dúvida, a ênfase na dialética, o método das *disputationes* afastavam muitas vêzes o pensamento do real e da experiência. Na fase da decadência, o pensamento universitário se esteriliza certamente num formalismo sem nenhum conteúdo. Mas, inferir-se daí que todo o trabalho intelectual da Universidade se reduziu a êsse tipo de dialética, não encontra base nos fatos. Investigações modernas, como as de Duhem, revelam a intensa fermentação intelectual dentro da Universidade, de que são exemplos a crítica da Física aristotélica de Buridan, as elocubrações matemáticas de Nicolau d'Oresme ou as disquisições lógicas de Occam, prefigurando a lógica moderna. A autonomia do pensamento racional e a demarcação de sua competência em face da religião, já haviam sido afirmadas por Santo Tomaz de Aquino, no século XIII. A tese de Burckhardt, segundo a qual o Renascimento teria surgido sem nenhuma ligação com a Idade Média, não tem mais aceitação em seu radicalismo.

Por outro lado, se os escolásticos proclamavam a excelência do saber especulativo, não perderam, contudo, o senso de participação na sociedade de seu tempo, e o caráter profissional que poderia afetar o saber. Todos, universitários ou não, tinham consciência do pôsto que ocupava a Universidade, dentro do mundo Medieval e sua imensa importância. Jordão de Osnabrück, já mencionado, exprime essa consciência dos contemporâneos ao escrever: "*Hiis si quidem, scilicet sacerdotio*

imperio et studio, tamquam tribus virtutibus, videlicet vitali naturali et animali, sancta ecclesia catholica spiritualiter vivificatur augmentatur et regitur. Hiis etiam tribus, tanquam fundamento pariete et tecto, eadem ecclesia quasi materialiter perficitur".

Imperium, Sacerdotium, Studium, eram assim os três poderes (virtudes) sôbre os quais repousavam a Igreja e tôda a vida medieval. A Universidade era o órgão da cultura de sua época e todo o pensamento medieval se elaborava dentro de seus muros.

Talvez, em nenhuma outra fase histórica a Universidade esteve tão identificada com o processo cultural. A Igreja, que foi a grande promotora do saber e da educação da Idade Média, bem compreendeu a significação das Universidades, colocando-as sob sua tutela. Principalmente a Universidade de Paris que se tornou o maior centro do pensamento teológico.

A Universidade, além dêste sentido cultural, teve também um objetivo eminentemente profissional. Sob êste aspecto a Universidade Medieval, como organização social do saber, veio acrescentar alguma coisa de nôvo ao pensamento que nos legou a antiguidade. É precisamente uma de suas características conferir diplomas, a *licentia docendi* oficialmente necessária para o exercício das profissões liberais. No sistema corporativo medieval ninguém poderia exercer o Magistério ou mesmo as profissões como a Medicina, ou Direito, sem que antes lhe fôsse conferida a *licentia docendi* e solenemente recebido na corporação dos mestres correspondentes. (Inceptio). A Universidade foi assim a provedora dos profissionais de que necessitava a sociedade medieval, teólogos, legistas, decretistas e clérigos que funcionavam nas Chancelarias reais ou eclesiásticas, ou desempenhavam atividades secretariais nas diversas côrtes. A Universidade foi assim, uma instituição profundamente enraizada em seu tempo, e seus mestres participavam ativamente, não sômente da atividade cultural, mas também da vida social, política e religiosa de sua época. Haja vista a presença da Universidade de Paris, nas lutas políticas entre *Armagnacs* e *Borguinhões* e no desenrolar do grande cisma.

A idéia da Universidade Medieval através de suas vicissitudes e metamorfoses históricas, perdura ainda hoje e a Uni-

versidade moderna continúa a sua intenção originária, constituindo-se, assim, o centro de elaboração cultural e de pensamento científico, bem como, da formação tecnológica e profissional.

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

- HASTINGS RASHDALL — The Universities in Middle Ages, 3 vol. Nova edição revisada por T. M. Powicke e A. B. Emdem, 1936, Oxford University Press.
- STEPHEN D'IRSAY — Histoire des Universités, 2 vols. — Tomo I — Moyen Âge et Renaissance — Édition Auguste Picard — Paris 1933.
- CHARLES THUROT — De l'Organisation de l'enseignement dans l'université de Paris au Moyen Âge — Paris 1850.
- P. GLORIEUX — Répertoire des Maîtres en Theologie de Paris au XIII siècle — 2 vols. — Librairie Philosophique J. Vrin — Paris 1933.
- ÉMILE DURKHEIM — L'évolution Pédagogique en France — 2 vols. 1 vol. Des Origines a la Renaissance — Félix Alcan — Paris — 1938.
- LYNN THORNDYKE — University Records and Life in the Middle Ages Columbia University Press — 1944. Contém numerosos documentos do Char-tularium da Universidade de Paris.
- PEARL KIBRE — The nations in the medieval Universities — Cambridge — Mass. 1948.
- G. PARÉ, A. BRUNET, P. TREMBLAY — La Renaissance du XIIe Siècle — Les écoles et l'enseignement. Refonte complète de l'ouvrage de G. Robert (1909) Paris — Librairie philosophique J. Vrin Paris — 1933.